



# *Câmara Municipal de Alegre*

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

### **ANTEPROJETO DE LEI Nº 001/2021**

#### **INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS (PMSB) DO MUNICÍPIO DE ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, aprovou e eu Prefeito Municipal de Alegre, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica instituída a Política Municipal de Segurança de Barragens - PMSB no município de Alegre, a ser implementada de forma complementar e articulada com a Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB, estabelecida pela Lei Federal nº 12.334, de 20/09/2010, além das Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente, de Proteção e Defesa Civil, devendo ser implementada observando os princípio da prevalência da norma mais protetiva ao meio ambiente, à saúde e à vida, bem como da segurança das comunidades sob risco ou potencialmente afetadas pelos empreendimentos.

**Art. 2º.** São objetivos da Política Municipal de Segurança de Barragens - PMSB, respeitadas as competências da União e do Estado:

- I. promover no âmbito municipal a competência comum conferida em especial pelos artigos 23 e 225 da Constituição Federal;
- II. assegurar a proteção ambiental, a preservação das florestas, da fauna e da flora;
- III. combater a poluição em qualquer de suas formas;
- IV. efetivar o registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- V. atuar de forma comum, complementar e supletiva nas ações que visem garantir a máxima segurança em face dos desafios impostos pelas atividades que se utilizam de barragens de acumulação de água, contenção e clarificação de rejeitos;
- VI. estabelecer e desempenhar ações que visem modernizar os procedimentos de monitoramento, contingenciamento e fiscalização;
- VII. incentivar a adoção de tecnologias sustentáveis mais seguras e modernas no âmbito da mineração e seus procedimentos;
- VIII. instituir planos e instrumentos de monitoramento, fiscalização, prevenção e segurança no âmbito municipal;



# *Câmara Municipal de Alegre*

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

- IX. planejar ações preventivas e de atuação em situações de emergência, para melhor salvaguarda das pessoas expostas ao risco.
- X. estabelecer uma visão sistêmica, na gestão das barragens, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica, de saúde e proteção a vida;

### **Art. 3º.** São princípios da Política Municipal de Gestão de Barragens - PMGB:

- I- O interesse local, conforme respaldado na Constituição da República, especificamente em seu artigo 30, I, que determina a possibilidade do Município legislar sobre assuntos de interesse local.
- II- prevalência da norma mais protetiva ao meio ambiente e às comunidades potencialmente afetadas pelos empreendimentos;
- III- meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental;
- IV- a prevenção e a precaução;
- V- a solidariedade intergeracional;
- VI- o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- VII- a participação e a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, do setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- VIII- a responsabilidade objetiva do empreendedor;
- IX- o direito à informação;
- X- o desenvolvimento sustentável.

**Art. 4º.** Os empreendedores ou operadores de barragens classificadas com alto Dano Potencial Associado (DPA) e/ou que possam atingir o município de Alegre, ficam obrigados a cumprir as ações previstas na Política Municipal de Segurança de Barragens - PMSB, devendo, obrigatoriamente, promover a adesão imediata a seu plano de ações, ou, mediante convocação por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável ou da Defesa Civil Municipal.

**§ 1º.** A adesão se dará por meio da elaboração e encaminhamento de um plano de trabalhos, podendo ser apresentado individualmente por estrutura ou empresa, ou em conjunto de estruturas ou empresas por meio de um grupo de ação mútua-GAM.

**§ 2º.** O plano de trabalhos previsto no caput deverá ser apresentado em no máximo 30 (trinta) dias e conter no mínimo todas as ações previstas na presente lei, bem como seus complementos, devendo seus objetivos e prazos de execução serem aprovados junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável - SEMADES e homologado pelo Conselho da Defesa Civil - COMDEC.

**§ 3º.** Poderá a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMADES readequar os objetivos e prazos para o cumprimento das ações



# *Câmara Municipal de Alegre*

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

previstas na presente lei, desde que devidamente justificados durante a sua aprovação ou fase de execução;

**§ 4º.** A não adesão ou descumprimento das ações previstas será considerada infração gravíssima, submetendo o infrator à condição de inconformidade ambiental além da sanção de multa simples, cumulativamente com multa diária, pelo prazo que perdurar a não adesão ou descumprimento das ações;

**§ 5º.** A aplicação da multa diária será suspensa a partir da comprovação pelo infrator de que foram tomadas as providências exigidas ou mediante a assinatura de um Termo de Compromisso Ambiental prevendo sua regularização.

**Art. 5º.** Fica proibido o alteamento de barragem de qualquer método em área urbana no município de Alegre, salvo se estas áreas forem assim caracterizadas por lei própria para fins exclusivos à atividade de mineração.

**Art. 6º.** O empreendedor é o responsável técnico e legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento das ações necessárias para garantir a segurança desde a fase de planejamento até sua desativação, se obrigando a adotar todas as medidas descritas na presente lei e seu anexo, ou editadas de forma complementar, sem prejuízo das demais exigências legais.

**Parágrafo Único:** Responderão subsidiariamente ao prescrito no caput, por meio de sua pessoa física, o presidente, diretor, administrador, membro de conselho ou órgão técnico, auditor, consultor, preposto ou mandatário de pessoa jurídica que, de qualquer forma, concorrer para qualquer infração.

**Art. 7º.** É obrigação dos órgãos e servidores do Poder Executivo informar ao Ministério Público sobre a ocorrência de infrações às disposições desta lei, fornecendo-lhe informações e elementos técnicos, para que os infratores sejam civil e criminalmente responsabilizados.

**Art. 8º.** O descumprimento do disposto nesta lei, seja por ação ou omissão, sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às penalidades administrativas previstas na Política Municipal de Meio Ambiente, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e criminais.

**Parágrafo Único.** Em caso de acidente, evento que provoque dano irreparável ou de difícil reparação, ou desastre decorrente do descumprimento do disposto na presente lei, o valor da multa administrativa poderá ser majorado em até 1.000 (mil) vezes, independente da obrigação de reparar o dano.

**Art. 9º.** As presentes obrigações não substituem as impostas pelos demais entes federados.

**Art. 10º.** Constitui ainda a Política Municipal de Segurança de Barragens - PMSB o Plano Municipal de Segurança de Barragens do município de Alegre, a ser elaborado



# *Câmara Municipal de Alegre*

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

em conjunto com empreendedores ou operadores de barragens instaladas no Município.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alegre, 01 de fevereiro de 2021

**CARLOS RENATO VIANA**  
Presidente

**WILLIAM ANGELETE BESTETE**  
Vice-Presidente

**TAIZA GARCIA V. PIROVANI**  
1ª Secretária

**ROMILTON POLASTRELI – Ita**  
2º Secretário